

**GABINETE DO VEREADOR LISSANDRO BREVAL**

**EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 392/2022, que “ESTIMA a Receita e fixa a Despesa do Município de Manaus para o exercício financeiro de 2023.**

EMENDA N. 07 / 2022

Autor Ver. LISSANDRO BREVAL

**TEXTO DA EMENDA:**

**Art. 1.º** Altera o caput e acrescenta o parágrafo único ao artigo 9.º do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 392/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 9.º** O Poder Executivo fica autorizado a promover as alterações no quadro de detalhamento de despesa dos órgãos, entidades e fundos *até o limite de quinze por cento do valor total do orçamento anual de 2023 somado aos créditos adicionais*, de que trata o inciso II do art. 22 da Lei n. 2.938, de 27 de julho de 2022, observadas as condições estabelecidas nos §§ 2.º e 3.º do art. 22 da Lei n. 2.938, de 27 de julho de 2022. (NR)

**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a transpor, remanejar ou transferir, até o limite de quinze por cento do valor total do orçamento anual de 2023 somado aos créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática de programação.” (NR)

## GABINETE DO VEREADOR LISSANDRO BREVAL

Plenário Adriano Jorge, 13 de dezembro de 2022



*Lissandro Breval*

**LISSANDRO BREVAL**  
Vereador

## GABINETE DO VEREADOR LISSANDRO BREVAL

### JUSTIFICATIVA

Em uma democracia, pode-se dizer, em síntese, que orçamento público é o instrumento através do qual os cidadãos, por intermédio de lei aprovada por seus representantes no Parlamento, fixam a despesa e preveem a receita para o período de um ano, a partir da determinação dos serviços públicos que serão prestados pelo Estado e dos demais objetivos da política orçamentária, bem como da definição de quais, e de que forma, setores da sociedade financiarão a atividade estatal.

Desse modo, tem-se que o orçamento público é ato do Poder Legislativo — não obstante a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para apresentar o projeto orçamentário —, que é o Poder legitimado para definir o tamanho e as funções atribuídas ao Estado — determinando, assim, a dimensão do orçamento público —, bem como estabelecer o escalonamento da carga tributária imposta pelo Estado nas diversas categorias de contribuintes, necessária para prover as despesas públicas, bem como aos tipos de incidência tributária, e ainda às outras fontes de recursos orçamentários.

Note-se que ideia central de orçamento público não é diversa da que se tem de qualquer outro orçamento: previsão de receitas e fixação de despesas para determinado período. Além disso, na esfera pública, o orçamento é dispositivo essencial no cotidiano da Administração Pública, uma vez que instrumentaliza a máquina administrativa do Estado; é através do orçamento que se identifica e se avalia a destinação final do gasto público, objetivando o atendimento das necessidades da coletividade.

As leis orçamentárias autorizam os programas governamentais nelas contidos e proíbem todos os demais por elas não contemplados. Em face desses argumentos, firmou-se no País o entendimento no sentido de que o orçamento público não impõe ao Poder Executivo a realização das despesas por ele fixadas, ficando a autoridade administrativa autorizada para, segundo critérios de conveniência e oportunidade — *porém dentro do que foi fixado na lei orçamentária* —, efetivar os gastos e implementar as políticas econômicas e sociais, delineadas pelo Poder Legislativo.



## **GABINETE DO VEREADOR LISSANDRO BREVAL**

Com o objetivo de tornar o orçamento uma peça consistente, de modo a garanti-lo como instrumento de gerência, de programação e de controle, o princípio da exatidão impõe a regra de que as estimativas orçamentárias devem ser exatas, em especial no que se refere às questões técnicas e éticas.

A relevância do princípio da exatidão salienta-se como modo de evitar uma comum prática de subdimensionamento da receita orçamentária, gerando, a partir daí, “excessos de arrecadação” enganosos e inexistentes. Aliado a isso, as administrações dispõem da possibilidade de remanejamento do orçamento, através de abertura de créditos suplementares, em percentuais bastante generosos, descaracterizando o orçamento autorizado pelo legislativo.

Apesar da vedação prevista no art. 167 da Constituição da República, o remanejamento unilateral ilimitado, por meio de decretos do Poder Executivo pode abrir uma brecha para o desvio da finalidade e a descaracterização da programação orçamentária ordinariamente levada ao crivo do Legislativo.

Portanto, ante a relevância da presente proposição, espera-se o apoio dos demais Vereadores para a sua aprovação.









Plenário Adriano Jorge, 12 de dezembro de 2022.



**LISSANDRO BREVAL**

Vereador

**GABINETE DO VEREADOR LISSANDRO BREVAL**  
**EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 392/2022, que "ESTIMA a Receita e fixa a Despesa do**  
**Município de Manaus para o exercício financeiro de 2023.**

Vereadores 18ª Legislatura (2021-2024)		Assinatura
1	ALLAN CAMPELO DA SILVA – PSC	
2	AMOM MANDEL LINS FILHO - CIDADANIA	
3	ANTÔNIO DE ALMEIDA PEIXOTO FILHO – PROS	
4	CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA – PSC	
5	CARMEM GLÓRIA ALMEIDA CARRATTE – PL	
6	DIONE CARVALHO DOS SANTOS – PATRIOTA	
7	DANIEL AMARAL DE VASCONCELOS – PSC	
8	DAVID VALENTE REIS – AVANTE	
9	DIEGO ROBERTO AFONSO – UNIÃO BRASIL	
10	ELAN MARTINS DE ALENCAR – PROS	
11	EVERTON ASSIS DOS SANTOS – UNIÃO BRASIL	
12	ELISSANDRO AMORIM BESSA – SOLIDARIEDADE	
13	EDUARDO ASSUNÇÃO ALFAIA – PMN	
14	FRANCISCO CARPEGIANE VERAS DE ANDRADE - REPUBLICANOS	
15	FRANÇOIS VIEIRA DA SILVA MATOS – PV	
16	GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO- UNIÃO BRASIL	
17	IVO SANTOS DA SILVA NETO – PATRIOTA	
18	JAILDO DE OLIVEIRA SILVA – PC do B	
19	JANDER DE MELO LOBATO – PSB	
20	JOELSON SALES SILVA – PATRIOTA	
21	JOÃO KENNEDY DE LIMA MARQUES – PMN	
22	JOÃO CARLOS DOS SANTOS MELLO – REPUBLICANOS	
23	MARCEL ALEXANDRE DA SILVA – AVANTE	
24	MARCELO AUGUSTO DA EIRA CORREA – AVANTE	
25	MARCIO JOSÉ MAIA TAVARES – REPUBLICANOS	
26	MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS – AVANTE	
27	LUÍS AUGUSTO MITOSO JUNIOR – PTB	
28	SAMUEL DA COSTA MONTEIRO – PL	
29	MARIA JAQUELINE COELHO PINHEIRO – UNIÃO BRASIL	
30	RAIFF MATOS SILVA VASCONCELOS – DC	
31	ROBSON DA SILVA TEIXEIRA – PSDB	
32	RODRIGO GUEDES OLIVEIRA DE ARAUJO – REPUBLICANOS	
33	ROSINALDO FERREIRA DA SILVA – PMN	
34	ROSIVALDO OLIVEIRA CORDOVI – PSDB	
35	CÍCERO CUSTÓDIO DA SILVA – PT	
36	THAYSA LIPPY SILVA DE SOUZA – PP	
37	WANDERLEY CALDEIRA MONTEIRO – AVANTE	
38	WALLACE FERNANDES OLIVEIRA – PROS	
39	WILLIAM ALEMÃO - CIDADANIA	
40	YOMARA JESUÍNA LINS RODRIGUES – PRTB	